

RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.902 - SP (2018/0276286-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : GASPAR JOSE PINAZO
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO FERNANDES GALDUROZ FILHO - SP304766
RECORRIDO : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN - SP107064
RAFAEL BRUNATI PEREIRA DA SILVA - SP374212
NAYARA LUIZA PIVA

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA NA VIGÊNCIA DO NCPC**. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. JULGAMENTO *ULTRA PETITA*. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283, DO STF. ARTS. 6º, VIII, DO CDC, E 109, I, DA LEI Nº 6.404/76. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

GASPAR JOSE PINAZO (GASPAR) ajuizou ação de adimplemento contratual contra a TELEFÔNICA BRASIL S.A. (TELEFÔNICA), objetivando diferencial acionário.

O Juízo de 1º Grau declarou a prescrição da pretensão e extinguiu o processo nos termos do art. 487, II, do NCPC (e-STJ, fls. 78/80).

A apelação interposta por GASPAR foi provida pelo Tribunal paulista para afastar a prescrição e, no mérito, julgar improcedente o pedido, em acórdão da relatoria do Desembargador JAYME QUEIROZ LOPES assim ementado:

TELEFONIA CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PCT PRESCRIÇÃO INOCORRÊNCIA PRAZO PRESCRICIONAL QUE FORA INTERROMPIDO COM O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO - RADIOGRAFIAS JUNTADAS NA INICIAL E CONTESTAÇÃO QUE INFORMAM QUE HOVE A NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES DIREITO DE PLEITEAR A COMPLEMENTAÇÃO QUE NÃO PODIA SER RECONHECIDO, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO DE QUE A CESSÃO DAS AÇÕES SE DEU MEDIANTE RESSALVA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.

Superior Tribunal de Justiça

Apelação provida para afastar a prescrição e, no mérito, julgar improcedente a ação (e-STJ, fl. 135).

Os embargos de declaração opostos por GASPAR foram rejeitados (e-STJ, fls. 143/145).

Inconformado, GASPAR interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, apontando dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 141, 490 e 491 do NCPC, 6º, VIII, do CDC, e 109, I, da Lei nº 6.404/76, sustentando (1) julgamento *ultra petita*, (2) que não é razoável e prudente o reconhecimento de presunção em relações tipicamente consumeristas, data a sua natureza, mormente no presente caso concreto em que simplesmente o instrumento de cessão de ações não foi juntado aos autos; e, (3) que tem direito às diferenças acionárias, independentemente de ter vendido ou não suas ações.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 203/221).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 225/226).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Do julgamento *ultra petita*

Quanto ao ponto, o TJSP concluiu que não havia que se falar em julgamento *ultra petita*, uma vez que o reconhecimento do direito de pleitear diferencial acionário é matéria de ordem pública, cognoscível de ofício (e-STJ, fl. 145).

Ocorre que GASPAR, nas razões de seu recurso especial, não impugnou referido fundamento, limitando-se a defender que *o órgão jurisdicional deve julgar o litígio nos estritos termos dos limites identificados na pretensão do autor e também pela resistência oferecida pelo réu* (e-STJ, fl. 152). Assim, incidente, por analogia, o óbice do enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*

(2 e 3) Da presunção e do direito ao diferencial acionário

GASPAR alegou que não é razoável e prudente o reconhecimento de presunção em relações tipicamente consumeristas, data a sua natureza, mormente no presente caso concreto em que simplesmente o instrumento de cessão de ações não foi juntado aos autos. Quanto ao ponto, indicou por violado o art. 6º, VIII, do CDC.

Aduziu, também, que, nos termos do art. 109, I, da Lei nº 6.404/76, tem direito às diferenças acionárias, independentemente de ter vendido ou não suas ações.

Verifica-se, no entanto, que o conteúdo normativo dos referidos dispositivos legais não foi objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foi suscitado nos embargos de declaração opostos para sanar eventual omissão.

Ausente o prequestionamento, impossível o conhecimento do recurso especial ante a incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator